

Intervenção no PAOD da Assembleia Municipal de Lisboa de 18 de Outubro de 2016

Os Verdes propõem hoje uma saudação à ratificação do Acordo de Paris, por Portugal, no passado dia 30 de Setembro.

Apesar de este tratado, que foi subscrito por alguns dos países mais poluidores a nível mundial, já constituir um primeiro passo positivo, não deixa de ser indispensável que agora todas as nações se empenhem, activamente, na implementação de medidas efectivas de combate às alterações climáticas, nomeadamente, evitando acções de prospecção e exploração de hidrocarbonetos ou quaisquer outras matérias agressivas para o ambiente.

Apresentamos também, a propósito do Dia Mundial da Alimentação que teve lugar anteontem, uma recomendação para que o Município desenvolva campanhas de saúde pública preventiva junto dos agrupamentos de escolas básicas, acompanhando ou não iniciativas de âmbito governamental, de sensibilização e educação sobre nutrição para uma alimentação saudável e de combate à obesidade infantil. Propomos ainda que a CML estimule iniciativas municipais que conduzam a uma melhor integração de educandos e famílias em condições de evidente debilidade clínica e de fragilidade dos seus níveis social e económico.

Na segunda recomendação, o PEV lembra que a cortiça constitui uma matéria de origem natural que pode ser transformada e reutilizada em inúmeros produtos, desde a construção ao vestuário, entre muitas outras aplicações. Devido ao seu vasto potencial, seria irracional e insensato deitar para o lixo, por exemplo, rolhas de cortiça, uma vez que a sua reciclagem permite contribuir para a preservação do sobreiro e da floresta autóctone portuguesa.

Os Verdes sugerem, por isso, que a CML não apenas proceda à instalação de pontos de recepção de objectos feitos em cortiça, como rolhas, bem como promova a sua recolha junto de estabelecimentos de restauração, hotelaria, postos de higiene urbana e mercados municipais, entre outros locais, estimulando, em simultâneo, iniciativas de sensibilização e de promoção da cortiça como material ecológico passível de reciclagem, inclusive nos trabalhos escolares.

Sobre alguns dos documentos de outros GMs temos alguns breves comentários.

Quanto à saudação conjunta de PAN e MPT que propõe “se congratule e saúde todos os Presidentes das Juntas de Freguesia da Cidade de Lisboa que optaram pela não utilização de herbicidas/glifosato”, interrogamo-nos: que sentido faz se ainda se desconhece, de facto, quem usa ou não estes produtos em espaço público?

É que, das 24 Juntas apenas 14 responderam se os utilizam ou não. E destas 14, apenas declaradamente a JFEstrela se declarou livre de glifosato desde 2014, enquanto outras dizem que suspenderão o seu uso no futuro, mas que continuarão a usar os restos de stock que ainda possuem. Ou seja, restam ainda muitas decisões ambientais por

assumir, pelo que, neste contexto, vai esta AML congratular-se com o quê? É que ainda há muito caminho a percorrer.

Para terminarmos, referimo-nos às 2 últimas recomendações do BE, sugerindo que no final da nº 7 seja adicionado o reencaminhamento para os Grupos Parlamentares e para a Transportes de Lisboa.

Mas já quanto à nº 8, pensamos que não faz sentido que a CML “divulgue nos seus meios digitais a petição lançada” por um movimento em Peniche, apesar dos seus 3.680 subscritores. E, já agora, também não entendemos o porquê de deixar de fora uma outra petição direcionada para a suspensão da exploração de petróleo e gás natural na costa Algarvia, que já recebeu 12 mil assinaturas? Porquê a sua exclusão se até possui muitos mais apoiantes? Requeremos, por isso, a votação em separado do seu ponto deliberativo nº 2.

Sobreda Antunes

Grupo Municipal de “**Os Verdes**”